



ACÓRDÃO Nº46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1422/2010.

Apensos: Processo nº 1748/2009 e 3304/2010.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Responsável: Gedeão Timóteo Amorim (Ordenador de Despesa)

4- Órgão: Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC

5- Exercício: 2009

6- Advogado: João Carlos Bezerra da Silva - 6262, José Alberto R. Simonetti Cabral - 3725, Luiz Wanderley Santos Gomes - 4653, Leda Mourão Lima - 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM n.º 11193, Pedro Paulo Sousa Lira - 11414 e Katiuscia Raika da Câmara Elias - OAB/AM 5225

7- Unidade Técnica: DICAD-AM e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 373/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC. Exercício de 2009.

Irregularidade. Alcance. Multa. Arquivamento. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário, no exercício 2009, da **Sra. Marly Holanda de Souza**, ordenadora de despesas no período de 01/01 a 31/05/200, e da **Sra. Sirlei Alves Ferreira Henrique**, ordenadora de despesas no período de 01/06 a 31/12/2009, face às irregularidades praticadas com grave infração à norma legal e com dano ao erário (irregularidade 3 da Notificação nº 365/2016, irregularidade 2 da Notificação nº 366/2016 e as constantes do Relatório Conclusivo nº 202-DICOP), nos termos do inciso II do art. 1º, das alíneas b e d do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96;

10.2. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o **Sr. Gedeão Timóteo Amorim** no valor de **R\$ 3.292.204,80** que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da



ACÓRDÃO Nº46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Fazenda – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, juntamente com as ordenadoras de despesas, a **Sra. Marly Holanda de Souza**, ordenadora de despesas no período de 01/01 a 31/05/2009, e a **Sra. Sirlei Alves Ferreira Henrique**, ordenadora de despesas no período de 01/06 a 31/12/2009, bem como os fiscais de obras e as empresas, de acordo com os Relatórios Conclusivos nº 202/2018-DICOP e nº 1/2018-DICOP, nos termos do inciso I e III do art. 304 do RI/TCE-AM, conforme detalhado abaixo:

- 10.2.1. **R\$ 19.350,42**, solidariamente com a **Sra. Sirlei Alves Ferreira Henrique**, Ordenadora de Despesas, o **Sr. Ary Almeida Costa**, Fiscal de Obras e a Empresa Construtora Alcance Ltda. (termo de contrato n.º 020/2009-SEDUC);
- 10.2.2. **R\$ 732.857,26**, solidariamente com o **Sr. Adauto David Moreira**, fiscal e obras, a empresa Construtora Carramanho Ltda., bem como, em relação à quantia de **R\$ 425.687,16**, a Sra. Marly Holanda de Souza, ordenadora de despesas, e quanto ao valor **R\$ 307.170,10**, a Sra. Sirlei Alves Ferreira Henrique, ordenadora de despesas (termo de contrato n.º 023/2009-SEDUC);
- 10.2.3. **R\$ 701.590,25**, solidariamente com a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas, o Fiscal **Sr. Raimundo Nonato Belo Soares**, a Empresa Mariuá Construções Ltda. (termo de contrato n.º 091/2009-SEDUC);
- 10.2.4. **R\$ 434.343,98**, solidariamente, com a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas, o Fiscal **Sr. Raimundo Nonato Belo Soares** e a Empresa H.B. Engenharia Ltda. (termo de contrato n.º 092/2009-SEDUC)
- 10.2.5. **R\$ 292.610,98**, solidariamente, com a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas, o Fiscal **Sr. Raimundo Nonato Belo Soares** e a Empresa Tecmacon Construções Ltda. (termo de contrato n.º 093/2009-SEDUC);
- 10.2.6. **R\$ 174.601,25**, solidariamente, com a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas, a Empresa Tecmacon Construções Ltda., o Fiscal De Obras **Sr. José Paulo de Melo** (termo de contrato n.º 094/2009-SEDUC)
- 10.2.7. **R\$ 311.665,02**, solidariamente, com a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas, Fiscal **Sr.**



ACÓRDÃO Nº46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Raimundo Nonato Belo Soares, a Empresa Metro Quadrado Engenharia Ltda. (termo de contrato n.º 095/2009-SEDUC);

10.2.8. **R\$ 503.635,30**, solidariamente, com a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas, o Fiscal **Sr. Aduino David Moreira** e a Empresa Aliança Serviços de Edificações e Comércio de Construções Ltda. (termo de contrato n.º 096/2009-SEDUC);

10.2.9. **R\$ 121.550,34** solidariamente com a Empresa Pafil Serviços e Comércio Ltda, a **Sra. Marly Holanda de Souza**, Ordenadora de Despesas apenas em relação a quantia de **R\$ 94.246,27**, a **Sra. Sirlei Alves Ferreira Henrique**, ordenadora de despesas, em relação ao montante de **R\$ 27.304,04** (termo de contrato n.º 097/2009-SEDUC).

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Gedeão Timóteo Amorim no valor de **R\$ 16.000,00**, Secretário da SEDUC, exercício 2009, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, face as irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração à norma legal, conforme irregularidade praticadas com grave infração à norma legal (irregularidade 3 da Notificação nº 365/2016, irregularidade 2 da Notificação nº 366/2016 e as constantes do Relatório Conclusivo nº 202 da DICOP), bem com as **Senhoras Marly Holanda de Souza**, ordenadora de despesas no período de 01/01 a 31/05/2009, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, no montante de **R\$15.000,00**, face as irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração à norma legal, conforme irregularidade irregularidade nº 2 da Notificação nº 366/2016 e as constantes do Relatório Conclusivo nº 202 da DICOP), e **Sirlei Alves Ferreira Henrique**, ordenadora de despesas no período de 01/06 a 31/12/2009, com fulcro no artigo 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c artigo 308, VI da Resolução nº 04/2002 TCE/AM, com base no valor disciplinado à época, no montante de **R\$14.000,00**, face às irregularidades praticadas sob a sua gestão, com grave infração à norma legal, conforme irregularidade 3 da Notificação nº 365/2016 e as constantes do Relatório Conclusivo nº 202 da DICOP;
Que deverão ser recolhidas no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Arquivar** o processo o Processo 1748/2009, que trata de inspeção em obras da SEDUC;
- 10.5. Determinar** à atual administração, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que cumpra todas as regras disciplinadas na Lei federal nº 8.666/93, zelando para que as obras sejam executadas de acordo com os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade e eficiência.
- 10.6. Dar ciência** ao advogado **João Carlos Bezerra da Silva**.
- 10.7. Dar ciência** ao advogado **José Alberto R. Simonetti Cabral**.
- 10.8. Dar ciência** ao advogado **Luiz Wanderley Santos Gomes**.
- 10.9. Dar ciência** à advogada **Leda Mourão Lima**.
- 10.10. Dar ciência** à advogada **Patrícia de Lima Linhares**.
- 10.11. Dar ciência** ao advogado **Pedro Paulo Sousa Lira**.
- 10.12. Dar ciência** à advogada **Katiuscia Raika da Câmara Elias**.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

ACÓRDÃO Nº46/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral